



520

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0059486-70.1997.8.17.0001 (0300728-9)
COMARCA: RECIFE
VARA: 2ª VARA CRIMINAL
APELANTES: JURANDY DOMINGUES DA SILVA
ADVOGADO: BEL. ROGÉRIO FERREIRA DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. GIANI M. DO MONTE SANTOS R. DE MELO (CONVOCADA)

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. EXTORSÃO. PRELIMINAR DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. ACOLHIMENTO. TRÂNSITO EM JULGADO PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO. PENA EM CONCRETO. DECURSO DE MAIS DE 12 (DOZE) ANOS ENTRE O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA E A PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA RECORRÍVEL. PRESCRIÇÃO RETROATIVA OPERADA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DO AGENTE. EXTENSÃO AO CORRÉU. MÉRITO PREJUDICADO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Transitando em julgado para o Ministério Público a sentença condenatória, o prazo prescricional é contado levando em consideração a pena aplicada.
2. Correspondendo a pena do Recorrente a 05 (cinco) anos de reclusão e tendo decorrido mais de 12 (doze) anos entre a data do recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória recorrível, operou-se a prescrição retroativa da pretensão punitiva estatal, devendo ser declarada a extinção da punibilidade do apelante.
3. Tratando-se de matéria de caráter objetivo, não pessoal, deve ser estendido ao corréu ERALDO JOSÉ DE HOLANDA CAVALCANTI JÚNIOR. Inteligência do artigo 580 do Código de Processo Penal.



521

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

4. Preliminar acolhida. Prescrição retroativa reconhecida. Extensão ao corrêu. Mérito recursal prejudicado. Decisão uníssona.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de **Apelação Criminal nº 0059486-70.1997.8.17.0001 (0300728-9)**, em que figuram como Apelante **Jurandy Domingues da Silva**, e como Apelada a **Justiça Pública**, acordam os Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por decisão unânime, **em acolher a preliminar suscitada pela defesa, declarando extinta a punibilidade do Apelante, por ter se operado a prescrição retroativa da pretensão punitiva, na modalidade retroativa, estendendo a decisão para o corrêu Eraldo José de Holanda Cavalcanti Júnior, ficando prejudicando o mérito recursal**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 08/05/2013


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0059486-70.1997.8.17.0001 (0300728-9)
COMARCA: RECIFE
VARA: 2ª VARA CRIMINAL
APELANTES: JURANDY DOMINGUES DA SILVA
ADVOGADO: BEL. ROGÉRIO FERREIRA DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. GIANI M. DO MONTE SANTOS R. DE MELO (CONVOCADA)

RELATÓRIO

Jurandy Domingues da Silva recorre, tempestivamente, da decisão de **fls. 469/472**, pela qual foi condenado às penas de 05 (cinco) anos de reclusão e 20 (vinte) dias-multa, por infração ao artigo art. 158, caput, do Código Penal Brasileiro¹.

Narra a inicial acusatória, recebida em 05/12/1997 (fl. 02), que no dia 19 de dezembro de 1997, por volta das 14:00h, na Rua Sargento Valdir Correia, nº 275, Bairro do Setúbal, nesta cidade, o acusado em companhia de Eraldo José de Holanda Cavalcanti e Ronaldo Paiva de Araújo (já falecido), alegando a condição de policiais e fortemente armados, constrangeram as vítimas Antônio da Costa Lisboa Filho e Sérgio Souza de Oliveira a lhes pagar a importância de R\$ 3.000,00 (três mil reais), caso contrário seriam estas indiciadas por crime previsto na Lei 6.368/76 (uso e tráfico de substância entorpecente)

¹ Extorsão

Art. 158 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



Nas Razões de recurso, apresentadas às **fls. 480/489** o Apelante requer, preliminarmente, a extinção da punibilidade pelo advento da prescrição, e, no mérito, pugna pela absolvição do acusado, por falta de materialidade e insuficiência de provas para condenação.

O Ministério Público apresentou contrarrazões, às **fls. 493/495**, pugnando pelo não provimento do recurso, mantendo-se a decisão recorrida em todos os seus termos.

A Douta Procuradoria de Justiça, através da Dra. Giani. M. do Monte Santos R. de Melo, ofertou parecer às **fls. 508/510**, manifestando-se pelo reconhecimento da prescrição, julgando prejudicado o mérito e, que tal declaração seja estendido ao corréu Eraldo José de Holanda Cavalcanti Júnior, por força do disposto no artigo 580² do CPP.

Após, vieram-me os autos conclusos.

É, em resumo, o relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 20 / 11 / 2013


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator

² **Art. 580.** No caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.
SSC



522

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0059486-70.1997.8.17.0001 (0300728-9)
COMARCA: RECIFE
VARA: 2ª VARA CRIMINAL
APELANTES: JURANDY DOMINGUES DA SILVA
ADVOGADO: BEL. ROGÉRIO FERREIRA DA SILVA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: 3ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. GIANI M. DO MONTE SANTOS R. DE MELO (CONVOCADA)

VOTO

PRELIMINAR SUSCITADA PELA DEFESA: PRESCRIÇÃO

Conforme discorreu a representante ministerial da 2ª Instância, deve ser reconhecida a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva com base na pena em concreto, na modalidade retroativa.

Senão vejamos.

No caso concreto, foi aplicada ao Apelante uma pena definitiva de 05 (cinco) anos de reclusão, pela prática do crime de extorsão.

Compulsando os autos, percebe-se que não houve interposição de recurso por parte da acusação. Logo, conforme os §§ 1º e 2º³, do art. 110, do CPB, a prescrição, depois da sentença condenatória transitada em julgado para a acusação, regula-se pela pena aplicada, uma vez que havendo recurso exclusivo da defesa não é possível a majoração da sanção.

³ Art. 110 - A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 1º - A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

§ 2º - A prescrição, de que trata o parágrafo anterior, pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)



523

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

É certo que o art. 109, inciso III⁴ do CPB, prevê que o prazo prescricional para a pena aplicada nestes autos é de 12 (doze) anos.

No presente feito ocorreram duas causas interruptivas da prescrição (art. 117, I e IV⁵, CPB), quais sejam, o recebimento da denúncia em 05/12/1997 (fl. 02) e a publicação da sentença penal condenatória recorrível em 29/11/2012 (fl. 473), e, ainda, que entre estas decorreram mais de 12 (doze) anos, tendo se operado, portanto, a prescrição da pretensão punitiva estatal na forma retroativa, em razão da pena aplicada em concreto.

Nesse sentido, merece vir à colação o ensinamento do Mestre Júlio Fabbrini Mirabete:

*"Não havendo recurso da acusação ou improvido seu recurso, ocorre a prescrição da pretensão punitiva, com base na pena aplicada, se decorreu o prazo prescricional entre as datas interruptivas (entre a data do fato e o recebimento da denúncia, **entre a data do recebimento da denúncia e a da sentença de pronúncia ou da sentença condenatória**, entre a data da pronúncia e a sentença condenatória)... (grifo nosso).*

Tendo em vista que este instituto tem caráter objetivo, não pessoal, entendo que o mesmo deve ser estendido ao corréu ERALDO JOSÉ DE HOLANDA CAVALCANTI JÚNIOR, nos termos do artigo 580 do Código de Processo Penal⁶.

⁴ Art. 109 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se:
III - em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito;

⁵ Art. 117 - O curso da prescrição interrompe-se: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)
I - pelo recebimento da denúncia ou da queixa; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)
IV - pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis; (Redação dada pela Lei nº 11.596, de 2007).

⁶ Art. 580 - No caso de concurso de agentes (Código Penal, art. 25), a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.



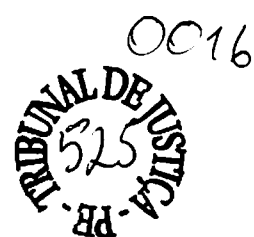
524

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Com esses fundamentos, e sem maiores delongas, **voto para acolher a preliminar suscitada pela defesa e declarar extinta a punibilidade do Apelante, por ter se operado a prescrição da pretensão punitiva do Estado, nos termos do art. 109, III c/c §§ 1º e 2º, do art. 110, ambos do CPB, estendendo tal decisão ao corrêu, ficando o mérito do recurso prejudicado.**

Recife, 28/05/2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0059486-70.1997.8.17.0001 (0300728-9)
COMARCA : Recife – 2ª Vara Criminal
APELANTE : Jurandy Domingues da Silva
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR : Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio
REVISOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADORA : Dra. Giani m. do Monte Santos R. de Melo

VOTO DE REVISÃO – Preliminar suscitada pela Procuradoria de Justiça

Trata-se de Apelação Criminal interposta pela Defesa do acusado **JURANDY DOMINGUES DA SILVA**, às fls. 480/489, contra a Sentença de fls. 469/472, do Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca da Capital, que o condenou à pena de **05 (cinco) anos de reclusão**, a ser cumprida em regime semiaberto, além do pagamento de 20 (vinte) dias-multa, por infração ao art. 158 do Código Penal (extorsão).

Narra a Denúncia (fls. 02/06) que, no dia 19 de novembro de 1997, por volta das 14:00h, na rua Sargento Valdir Correia, 275, bairro de Setubal, Recife, os denunciados **RONALDO PAIVA DE ARAÚJO**, **ERALDO JOSÉ DE HOLANDA CAVALCANTI JÚNIOR** e **JURANDY DOMINGUES DA SILVA**, ora Apelante, alegando a condição de policiais e fortemente armados, portando, entre outras armas, uma espingarda, cal. 12, de repetição, duas pistolas e um revólver, constrangeram as vítimas **ANTONIO DA COSTA LISBOA FILHO** e **SÉRGIO SOUZA DE OLIVEIRA**, a lhes pagarem a importância de R\$3.000,00 (três mil reais), caso contrário seriam estas indiciadas por crime previsto na Lei 6.368/76 (uso e tráfico de substâncias entorpecentes).

Segundo a atrial acusatória, as vítimas foram pressionadas, mediante grave ameaça, a se deslocarem do **MOTEL SUNSHINE**, onde estavam em companhia de duas garotas, à residência da mãe da primeira vítima – **MARIA XAVIER DA SILVA LISBOA** -, para apanhar o dinheiro a ser entregue aos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

denunciados. Antes da chegada das vítimas, as residências de ambas foram pilhadas, levando os denunciados duas caixas de som, uma televisão, dois aparelhos de som, um liquidificador, além de objetos de uso pessoal e outros objetos de menor valor, apreendidos em poder do denunciado JURANDYR, ora Apelante, enquanto que uma jaqueta de uso privativo da polícia civil foi apreendida em poder do denunciado ERALDO. Com a finalidade de localizar as vítimas, os denunciados teriam torturado a testemunha JOSÉ UBIRAJARA BEZERRA DA SILVA, o qual foi surpreendido pelos acusados no quarto onde descansava, sendo pressionado a informar o paradeiro de seus patrões, Sr. CARLOS e Sr^a ALICE, esta última irmã da vítima ANTONIO. Na mesma ação, os réus ameaçavam implantar pequenos pacotes contendo drogas para incriminar os donos da residência. Da mesma forma, a genitora da vítima ANTÔNIO foi pressionada a entregar a quantia de dinheiro exigida, caso contrário, o seu filho seria preso por fazer uso de entorpecentes.

Consta ainda da Denúncia que a vítima ANTÔNIO chegou a entregar um cheque no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, contudo, aquele estabelecimento bancário não pagou a quantia. Finalmente, conseguiram da vítima SÉRGIO cheques do CITIBANK, de menor valor, R\$100,00 (cem reais) e R\$120,00 (cento e vinte reais), dos quais um, pré-datado, ainda foi apreendido em poder do denunciado JURANDYR. As testemunhas presenciais da extorsão sofrida pelas vítimas, suas famílias e empregados domésticos, comunicaram-se com a 9ª Delegacia de Polícia, situada no bairro de Boa Viagem, tendo, os agentes da mesma, efetuado a prisão em flagrante dos três denunciados.

Ao final, os três acusados, entre eles o ora Apelante, JURANDY DOMINGUES, foram denunciados como incurso nas penas do art. 158, §1º, do CP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

Em decisão de fls. 451, foi decretada a extinção da punibilidade do corréu RONALDO PAIVA DE ARAÚJO, nos termos do art. 107, I, do CP, em face de seu falecimento.

Na Sentença de fls. 469/472, o Juiz de 1º Grau condenou JURANDY DOMINGUES DA SILVA e ERALDO JOSÉ DE HOLANDA CAVALCANTI JÚNIOR, pela infração ao art. 158, *caput*, do Código Penal.

Nas Razões de Apelação (fls. 480/489), pugnou-se pela absolvição, ante a insuficiência de provas para a condenação e, subsidiariamente, pela redução da pena imposta. E, subsidiariamente, pugnou que fosse declarada a extinção da punibilidade do ora Apelante, ante a ocorrência da prescrição.

O Ministério Público de 1º grau, nas Contrarrazões de fls. 493/495, pugna pelo improvimento do Apelo.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Giani Mª do Monte Santos R. de Melo, ofereceu Parecer, às fls. 508/510, suscitando preliminar pelo reconhecimento da extinção da punibilidade, com a extensão dos efeitos ao corréu ERALDO JOSÉ HOLANDA CAVALCANTI JÚNIOR.

Acolho a preliminar de extinção da punibilidade do Apelante JURANDY DOMINGUES DA SILVA, estendendo os efeitos da presente decisão, a teor do art. 580 do CPP, ao corréu ERALDO JOSÉ HOLANDA CAVALCANTI JÚNIOR, ante a ocorrência, *in casu*, da prescrição punitiva, na sua modalidade retroativa.

Vejamos.

Inicialmente, vale registrar que a própria autoridade sentenciante já se pronunciou, ao final da sentença condenatória (fls. 472), pela possibilidade da prescrição se houvesse o trânsito em julgado da decisão para a Acusação.

O delito descrito na Inicial Acusatória refere-se a fatos ocorridos em 19.11.1997. A Denúncia foi recebida em **05 de dezembro de 1997** (fls. 02) e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

a Sentença Condenatória data de **29 de novembro de 2012**, sendo publicada na mesma data (fls. 473).

No caso concreto presente, a extinção da pretensão punitiva regula-se pela **pena efetivamente aplicada**, conforme previsão do art. 110, § 1º, do Código Penal, ocorrendo, *in casu*, em **12 (doze) anos**, nos termos do art. 109, III, do CP.

Não havendo qualquer ato que interrompesse ou suspendesse a fluência do prazo prescricional, constato **lapso superior a 12 (doze) anos entre a data do recebimento da Denúncia (05.12.1997) e a publicação da Sentença condenatória (29.11.2012)**, vislumbrando-se, no caso concreto dos autos, portanto, a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, na sua modalidade retroativa.

Resta, portanto, prejudicada a análise do mérito no presente caso, uma vez que o reconhecimento da extinção da punibilidade pelo implemento da prescrição da pretensão punitiva estatal enseja o desaparecimento de todos os efeitos penais e extrapenais da condenação. Neste sentido, trago recente decisão do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CALÚNIA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE OPOSIÇÃO DE EXCEÇÃO DA VERDADE. NULIDADE DA AÇÃO PENAL. ABSOLVIÇÃO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, PELA PENA APLICADA EM CONCRETO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. EFEITOS PENAIIS E EXTRAPENAIIS. INEXISTÊNCIA. PERDA SUPERVENIENTE DE INTERESSE PROCESSUAL. HABEAS CORPUS PREJUDICADO.

I - Impetração de habeas corpus objetivando o reconhecimento do direito de opor exceção da verdade no processo que culminou na condenação do Paciente pelo crime de calúnia. Pretensão de anulação da ação penal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

II - Agravo em Recurso Especial. Reconhecimento da extinção da punibilidade pelo implemento da prescrição da pretensão punitiva estatal. Desaparecimento de todos os efeitos penais e extrapenais da condenação.

III - Perda superveniente do interesse processual no julgamento do habeas corpus.

IV - A decisão agravada não merece reparos, porquanto proferida em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.

V - Agravo Regimental improvido.

(AgRg no HC 179.861/RJ, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, QUINTA TURMA, julgado em 25/03/2014, DJe 31/03/2014 – grifos nossos)

Pelo exposto, acolho a Preliminar levantada pela douta Procuradoria de Justiça, para declarar **Extinta a Punibilidade do Apelante JURANDY DOMINGUES DA SILVA**, estendendo os efeitos ao corréu ERALDO JOSÉ HOLANDA CAVALCANTI JÚNIOR, nos termos do art. 580 do CPP, ante a ocorrência da prescrição, nos moldes dos arts. 107, IV, e 109, III, c/c o art. 110, §§ 1º e 2º, todos do Código Penal.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho – Revisor